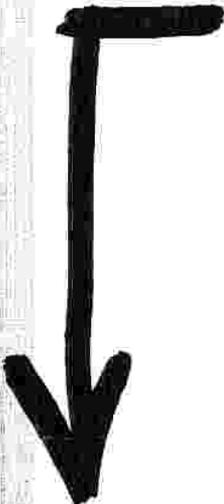


~~e realizar seus interesses. Podemos falar de "dominação" quando relações estabelecidas de poder são "sistematicamente assimétricas", isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inaccessíveis a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito.~~



Essas caracterizações iniciais de sentido e dominação apresentam o pano de fundo contra o qual podemos apresentar o terceiro problema levantado pela reformulação proposta do conceito de ideologia: de que maneira pode o sentido servir para estabelecer e sustentar relações de dominação? Há inúmeros modos em que o sentido pode servir, em condições sócio-históricas específicas, para manter relações de dominação, e nós podemos responder a essa questão de uma maneira apropriada somente prestando atenção cuidadosamente à interação entre sentido e poder nas circunstâncias concretas da vida social. Num capítulo posterior, discutirei a questão desse modo, apresentando uma análise detalhada de alguns exemplos específicos de pesquisa empírica. Mas, aqui, pode ser útil identificar certos *modos de operações* gerais da ideologia e indicar algumas das maneiras como eles podem estar ligados, em circunstâncias particulares, com estratégias de construção simbólica. Ao distinguir esses modos e desenvolver essas conexões, meu objetivo não é apresentar uma teoria compreensiva de como os sentidos podem estabelecer e sustentar relações de dominação. Ao contrário, meu objetivo é, simplesmente, esboçar, de um modo preliminar, um campo rico de análise que desenvolverei, com maiores detalhes, nos capítulos subsequentes.

Distinguirei cinco modos gerais através dos quais a ideologia pode operar: "legitimação", "dissimulação", "unificação", "fragmentação" e "reificação". A tabela 1.2. indica algumas das maneiras como esses modos podem estar ligados com várias estratégias de construção simbólica.

Tabela 1.2
Modos de operação da ideologia

<i>Modos Gerais</i>	<i>Algumas Estratégias Típicas de Construção Simbólica</i>
<i>Legitimação</i>	Racionalização Universalização Narrativização
<i>Dissimulação</i>	Deslocamento Eufemização Trope (sinédoque, metonímia, metáfora)
<i>Unificação</i>	Estandardização Simbolização da unidade
<i>Fragmentação</i>	Diferenciação Expurgo do outro
<i>Reificação</i>	Naturalização Eternalização Nominalização/passivização

Antes de desdobrar os elementos dessa tabela, permitam-me enfatizar três esclarecimentos. Primeiro, eu não quero afirmar que esses cinco modos são as *únicas* maneiras de como a ideologia opera, ou que eles sempre operam independentemente um do outro; ao contrário, esses modos podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente e a ideologia pode, em circunstâncias particulares, operar de outras maneiras. Segundo, associando esses certos modos de operação a certas estratégias de construção simbólica, não quero defender que essas estratégias estão associadas, *única-*

mente, com esses modos, ou que as estratégias que estou mencionando são as únicas relevantes. O máximo que se pode dizer é que certas estratégias estão tipicamente associadas com certos modos, embora reconhecendo que, em circunstâncias particulares, toda estratégia dada pode servir a outros propósitos, e todo modo apresentado pode ser atualizado de outras maneiras. Ao mencionar várias estratégias, meu objetivo é exemplificar, e não apresentar uma categorização exaustiva e exclusiva. O terceiro esclarecimento é que, ao realçar algumas estratégias típicas de construção simbólica, não quero defender que essas estratégias sejam ideológicas como tais. Nenhuma dessas estratégias é *intrinsecamente* ideológica. Se uma dada estratégia de construção simbólica é ideológica ou não, depende de como a forma simbólica construída através desta estratégia é usada e entendida em circunstâncias particulares; depende do fato de a forma simbólica, assim construída, estar servindo, nessas circunstâncias, para manter ou subverter, para estabelecer ou minar, relações de dominação. O exame das estratégias típicas de construção simbólica pode alertar-nos para algumas das maneiras como o sentido pode ser mobilizado no mundo social e como pode delimitar um raio de possibilidades para a operação da ideologia; mas não pode tomar o lugar de uma análise cuidadosa das maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de dominação em circunstâncias particulares e concretas.

Vamos começar considerando a *legitimação*. Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas, como observou Max Weber, pelo fato de serem representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio³⁸. A representação das relações de dominação como legítimas pode ser vista como uma *exigência de legitimação* que está baseada em certos fundamentos, expressa em certas formas simbólicas e que pode, em circunstâncias dadas, ser mais ou menos efetiva. Weber distinguiu três tipos de fundamentos sobre os quais afirmações de legitimação podem estar baseadas: fundamentos racionais (que fazem apelo à legalidade de regras dadas), fundamentos tradicionais (que fazem apelo à sacralidade de tradições imemoriais) e fundamentos carismáticos (que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade). Exigências baseadas em tais fundamentos podem ser expressas em formas simbólicas através de certas estratégias típicas de construção simbólica. Uma estratégia típica é o que chamamos de *racionalização*, através da qual o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações,

ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio. Outra estratégia típica é a *universalização*. Através desta estratégia, acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos, e esses acordos são vistos como estando abertos, em princípio, a qualquer um que tenha a habilidade e a tendência de ser neles bem sucedido. Exigências de legitimação podem também ser expressas através da estratégia de *narrativização*: essas exigências estão inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável. De fato, as tradições são, muitas vezes, *inventadas* a fim de criar um sentido de pertença a uma comunidade e a uma história que transcende a experiência do conflito, da diferença e da divisão³⁹. Histórias são contadas tanto pelas crônicas oficiais como pelas pessoas no curso de suas vidas cotidianas, servindo para justificar o exercício de poder por aqueles que o possuem e servindo, também, para justificar, diante dos outros, o fato de que eles não têm poder. Discursos e documentários, histórias, novelas e filmes são estruturados como narrativas que retratam relações sociais e manifestam as conseqüências de ações de modo tal que podem estabelecer e sustentar relações de poder. Nas histórias corriqueiras e nas piadas que preenchem muito de nossas vidas cotidianas, estamos, continuamente, engajados em recontar a maneira como o mundo se apresenta e em reforçar, através do humor que lucra às custas dos outros, a ordem aparente das coisas. Pelo fato de contar histórias e de recebê-las contadas por outros (escutando, lendo, olhando), podemos ser envolvidos em um processo simbólico que pode servir, em certas circunstâncias, para criar e sustentar relações de dominação.

Um segundo *modus operandi* da ideologia é a *dissimulação*. Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes. A ideologia *como* dissimulação pode ser expressa em formas simbólicas através de uma variedade de diferentes estratégias. Uma destas estratégias é o *deslocamento*: um termo costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro, e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para o outro objeto ou pessoa. Essa foi a estratégia de construção simbólica empregada por Luís Bonaparte que, como Marx observou com muita acuidade, conseguiu reativar a tradição de reverente respeito para com o herói

imperial apresentando-se como herdeiro legítimo do grande Napoleão. Foi esse "disfarce histórico honroso e essa linguagem emprestada" que escondeu a nova face da história do mundo, orientou o campesinato para o passado, ao invés de para o futuro, e os impossibilitou, conforme nos conta Marx, de compreender suas reais condições de vida. Uma outra estratégia que facilita a dissimulação das relações sociais é a *eufemização*: ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva. Há muitos exemplos bastante conhecidos desse processo: a supressão violenta do protesto é descrita como a "restauração da ordem"; a prisão ou campo de concentração é descrito como um "centro de reabilitação"; desigualdades institucionalizadas, baseadas em divisões étnicas, são descritas como "desenvolvimento paralelo"; trabalhadores estrangeiros sem direitos de cidadania são descritos como "trabalhadores hóspedes". Mas o processo de eufemização é muitas vezes mais sutil do que sugerem esses exemplos bastante conhecidos. Assim, em 1982, foi-nos dito por Menachem Begin (que era Primeiro-Ministro de Israel na ocasião) que o movimento de milhares de soldados e centenas de tanques sobre o Líbano não era uma "invasão" porque, de acordo com a definição do termo dada por Begin, "você invade uma terra quando você quer conquistá-la, ou anexá-la, ou ao menos anexar parte dela. Nós não estamos querendo nem sequer uma polegada dela"⁴⁰. Existe um espaço vago, aberto e indeterminado em muitas das palavras que nós usamos, de tal modo que a eufemização pode se dar através de uma mudança de sentido pequena ou mesmo imperceptível.

A ideologia *como* dissimulação pode ser expressa através de outra estratégia, ou grupo de estratégias, que podemos colocar debaixo do rótulo geral de *tropo*⁴¹. Por *tropo* entendo o uso figurativo da linguagem ou, mais em geral, das formas simbólicas. O uso do *tropo* é, geralmente, confinado ao domínio da literatura, mas o uso figurativo da linguagem é muito mais amplo do que essa especialização disciplinar possa sugerir. Entre as formas mais comuns de *tropo* estão a *sinédoque*, a *metonímia* e a *metáfora*. Todas elas podem ser usadas para dissimular relações de dominação. A *sinédoque* envolve a junção semântica da parte e do todo: alguém usa um termo que está no lugar de uma parte, a fim de se referir ao todo, ou usa um termo que se refere ao todo a fim de se referir a uma parte. Essa técnica pode dissimular relações sociais, através da confusão ou da inversão das relações entre coletividades e suas partes, entre grupos particulares e formações sociais e políticas mais amplas – de modo tal que, por

exemplo, termos genéricos como "os ingleses", "os americanos", "os russos", passam a ser usados para se referir a governos particulares ou a grupos dentro de um estado-nação. A metonímia envolve o uso de um termo que toma o lugar de um atributo, de um adjunto, ou de uma característica relacionada a algo para se referir à própria coisa, embora não exista conexão necessária entre o termo e a coisa à qual alguém possa estar se referindo. Através do uso da metonímia, o referente pode estar suposto sem que isso seja dito explicitamente, ou pode ser avaliado valorativamente, de maneira positiva ou negativa, através da associação com algo; essa é uma prática comum, por exemplo, na propaganda, onde o sentido é, muitas vezes, mobilizado de maneiras sutis e sub-reptícias, sem tornar explícitas as conexões entre os objetos referidos ou supostos pelo anúncio. A metáfora implica a aplicação de um termo ou frase a um objeto ou ação à qual ele, literalmente, não pode ser aplicado. Expressões metafóricas levantam uma tensão dentro de uma sentença, através da combinação de termos extraídos de campos semânticos diferentes, tensão essa que, se bem sucedida, gera um sentido novo e duradouro. A metáfora pode dissimular relações sociais através de sua representação, ou da representação de indivíduos e grupos nelas implicados, como possuidoras de características que elas, literalmente, não possuem, acentuando, com isso, certas características às custas de outras e impondo sobre elas um sentido positivo ou negativo. Assim, a primeira-ministra britânica foi muitas vezes descrita como "Dama-de-ferro", uma metáfora que lhe conferia uma determinação sobre-humana e uma firmeza de vontade. Ou veja-se esse comentário da própria Margaret Thatcher, feito numa entrevista com a *Association Press*, em 1988, e transcrito no diário inglês *Guardian*: comentando seus primeiros oito anos no governo e sua percepção da mudança de status da Inglaterra entre as nações industriais ocidentais, ela observou que "logo que cheguei, eles costumavam falar de nós em termos de doença inglesa. Agora eles falam de nós e dizem 'Vejam, a Inglaterra está curada'"³². A metáfora da doença e da cura, combinada com a linguagem entre "nós" e "eles", dá a esse comentário um caráter forte e evocativo; ele reveste o processo de desenvolvimento social e econômico com a imagem da doença e da saúde, enquanto negligencia, ou não dá atenção, às circunstâncias atuais subjacentes e modificadoras desse processo. Chamando a atenção para esses vários tipos de tropo, não quero sugerir, está claro, que o uso figurativo da linguagem é sempre, ou mesmo predominantemente, ideológico. Quero somente afirmar que o uso figurativo

da linguagem é uma característica bastante comum do discurso cotidiano, que é uma maneira eficaz de mobilizar o sentido no mundo sócio-histórico, e que, em certos contextos, o sentido mobilizado desse modo pode estar envolto com poder, podendo servir para criar, sustentar e reproduzir relações de dominação.

Um terceiro *modus operandi* da ideologia é a *unificação*. Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los. Uma estratégia típica através da qual este modo é expresso em formas simbólicas é a estratégia da *padronização*. Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica. Essa é uma estratégia seguida, por exemplo, pelas autoridades de Estado, que procuram desenvolver uma linguagem nacional, em um contexto de grupos diversos e lingüisticamente diferenciados. O estabelecimento de uma linguagem nacional pode servir para criar uma identidade coletiva entre os grupos e uma hierarquia legitimada entre línguas e dialetos dentro dos limites de um estado-nação. Outra estratégia de construção simbólica através da qual a unificação pode ser conseguida é o que podemos descrever como a *simbolização da unidade*. Essa estratégia envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas através de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos. Aqui, novamente, a construção de símbolos de unidade nacional tais como bandeiras, hinos nacionais, emblemas e inscrições de vários tipos são exemplos evidentes. Na prática, a simbolização da unidade pode estar interligada com o processo de narrativização, na medida em que símbolos de unidade podem ser uma parte integrante da narrativa das origens que conta uma história compartilhada e projeta um destino coletivo. Isso é muito comum não apenas no caso de organizações sociais de grande porte, tais como os modernos estados-nação, mas também no caso de pequenas organizações e grupos sociais que são mantidos agrupados, em parte, por um processo contínuo de unificação simbólica, através do qual uma identidade coletiva é criada e continuamente reafirmada. Ao unir indivíduos de uma maneira que suprima as diferenças e divisões, a simbolização da unidade pode servir, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Um quarto modo, através do qual a ideologia pode operar, é a *fragmentação*. Relações de dominação podem ser mantidas não

unificando as pessoas numa coletividade, mas segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador. Aqui, uma estratégia típica de construção simbólica é a *diferenciação* – isto é, a ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder. Outra estratégia pertinente pode ser descrita como o *expurgo do outro*. Essa estratégia envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo. Essa estratégia, muitas vezes, sobrepõe-se com estratégias que têm como fim a unificação, pois o inimigo é tratado como desafio, ou ameaça, diante do qual as pessoas devem se unir. A representação dos judeus e comunistas na literatura nazista em 1920 e 1930, ou a caracterização dos dissidentes políticos na era stalinista como “inimigos do povo”, são exemplos bastante claros de expurgo do outro. Mas essa estratégia é mais comum do que esses exemplos possam sugerir. Veja-se uma chamada editorial, em um jornal de circulação de massa chamado *Sun*: comentando uma possível greve dos dirigentes de trem do sindicato ASLEF, no verão de 1982, o jornal *Sun* recorda a seus leitores que a ASLEF pode destruir sua própria indústria, mas “nunca conseguirá nos vencer”, pois “como a batalha na defesa das Malvinas demonstrou muito claramente, NINGUÉM pode quebrar esta nação”⁴³. Este comentário emprega uma estratégia complexa, na qual a ASLEF é retratada como um outro que está desafiando a nação como um todo, e esta oposição é sobreposta às forças conflitivas na Guerra das Malvinas, de tal modo que a ASLEF é identificada com um poder estrangeiro, que estava ameaçando um povo que deve unir-se ante o adversário e cuja vontade de resistir ao perigo é enfaticamente invencível.

Um quinto *modus operandi* da ideologia é a *reificação*: relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retração de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal. Processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado. A ideologia *como* reificação envolve, pois, a eliminação, ou a ofuscação, do caráter sócio-histórico dos fenômenos – ou, tomando

emprestada uma frase sugestiva de Claude Lefort, ela envolve o restabelecimento da "dimensão da sociedade 'sem história', no próprio coração da sociedade histórica"⁴⁴. Esse modo pode ser expresso em formas simbólicas através da estratégia da *naturalização*. Um estado de coisas que é uma criação social e histórica pode ser tratado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais, do mesmo modo como, por exemplo, a divisão socialmente instituída do trabalho entre homens e mulheres pode ser retratada como um resultado de características fisiológicas nos sexos, ou de diferenças entre sexos. Uma estratégia semelhante é a que pode ser descrita como *eternalização*: fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes. Costumes, tradições e instituições que parecem prolongar-se indefinidamente em direção ao passado, de tal forma que todo traço sobre sua origem fica perdido e todo questionamento sobre sua finalidade é inimaginável, adquirem, então, uma rigidez que não pode ser facilmente quebrada. Eles se cristalizam na vida social, e seu caráter aparentemente a-histórico é reafirmado através de formas simbólicas que, na sua construção, como também na sua pura repetição, eternalizam o contingente.

A ideologia *como* reificação pode também ser expressa através de vários recursos gramaticais e sintáticos, tais como a *nominalização* e a *passivização*⁴⁵. A nominalização acontece quando sentenças, ou parte delas, descrições da ação e dos participantes nelas envolvidos, são transformadas em nomes, como quando nós falamos em "o banimento das importações", ao invés de "o Primeiro-Ministro decidiu banir as importações". A passivização se dá quando verbos são colocados na voz passiva, como quando dizemos que "o suspeito está sendo investigado", ao invés de "os policiais estão investigando o suspeito". A nominalização e a passivização concentram a atenção do ouvinte ou leitor em certos temas com prejuízo de outros. Elas apagam os atores e a ação e tendem a representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que produza essas coisas. Elas também tendem a eliminar referências a contextos espaciais e temporais específicos, através da eliminação de construções verbais, ou narrando-os num gerúndio. Esses e outros recursos gramaticais ou sintáticos podem, em circunstâncias particulares, servir para estabelecer e sustentar relações de dominação através da reificação de fenômenos sócio-históricos. Representando processos como coisas, diluindo atores e ações, apresentando o tempo como uma extensão eterna do tempo presente: estas são

muitas maneiras de restabelecer a dimensão da sociedade "sem história" no coração da sociedade histórica.

Através da identificação desses vários modos de operação da ideologia e de algumas das estratégias típicas de construção simbólica, com as quais eles podem ser associados e através das quais eles podem ser expressos, chamei a atenção para algumas das maneiras como nós podemos começar a pensar a interação de sentido e poder na vida social. Chamei a atenção para algumas das estratégias e maneiras como o sentido pode ser construído e difundido no mundo social, e para algumas das maneiras como o sentido, assim difundido, pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação. Como acentuei, contudo, considerações desse tipo são indicações, quando muito, preliminares, de um terreno que deve ser explorado; elas devem ser tomadas como orientações gerais que podem facilitar a pesquisa de um tipo mais empírico ou histórico. Pois estratégias particulares de construção simbólica ou tipos particulares de formas simbólicas não são ideológicos em si mesmos: se o sentido gerado pelas estratégias simbólicas ou difundido pelas formas simbólicas serve para estabelecer ou sustentar relações de dominação, é uma questão que deve ser respondida somente pelo exame dos contextos específicos dentro dos quais as formas simbólicas são produzidas e recebidas, somente através do exame dos mecanismos específicos através dos quais elas são transmitidas dos produtores para os receptorés, e somente através do exame do sentido que essas formas simbólicas possuem para os sujeitos que as produzem e as recebem. Estratégias de construções simbólicas são os instrumentos com os quais as formas simbólicas, capazes de criar e sustentar relações de dominação, podem ser produzidas. Essas estratégias são instrumentos simbólicos, por assim dizer, que facilitam a mobilização do sentido. Mas, se as formas simbólicas assim produzidas servem para sustentar relações de dominação ou para subvertê-las, se servem para promover indivíduos e grupos poderosos ou para miná-los, é uma questão que só pode ser resolvida examinando como essas formas simbólicas operam em circunstâncias sócio-históricas particulares, como elas são usadas e entendidas pelas pessoas que as produzem e recebem nos contextos socialmente estruturados da vida cotidiana. Posteriormente, irei elaborar um referencial metodológico através do qual este tipo de estudo pode ser levado a efeito.